

ÍNDICE

1	Introdução	5
2	Contexto	9
2.1	Instrumentos de Financiamento	9
2.2	Quadro legal	14
3	Enquadramento Estratégico	17
3.1	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.....	17
3.2	Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa	19
3.3	Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa	38
3.4	Estratégia Municipal e Cooperação Intermunicipal.....	44
4	Dinâmica Populacional	52
4.1	Lisboa na Área Metropolitana, País e Península Ibérica	52
4.2	Evolução da população residente	55
4.3	Níveis de instrução.....	62
4.4	População estrangeira residente	63
5	Estrutura Económica	65
5.1	Dados socioeconómicos	65
5.2	Finanças municipais.....	72
6	Ambiente	75
6.1	Caracterização climática	75
6.2	Poluição sonora	80
6.3	Poluição atmosférica	83
6.4	Riscos antrópicos e naturais	89
6.5	Energia.....	97
6.6	Estrutura Ecológica Urbana/Estrutura Ecológica Municipal	98
7	Estrutura urbana	117
7.1	A acção de planeamento territorial	117
7.2	Colmatação das Áreas Históricas e Consolidadas	130
7.3	Dinâmica urbanística e qualificação do solo	131
7.4	Cadastro municipal	133
7.5	Habitação.....	136
7.6	Áreas urbanas de génese ilegal	172
7.7	Áreas Críticas de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRU).....	179
7.8	Avaliação do processo de reabilitação urbana	194
7.9	Reavaliação do património inventariado.....	213
8	Equipamentos de Utilização Colectiva	217
8.1	Saúde	217
8.2	Ensino	223
8.3	Sociais	225
8.4	Desporto	227
8.5	Cultura	229
9	Mobilidade	230
9.1	Mobilidade na AML	230
9.2	Rede Viária	233
9.3	Transporte Colectivo	239

9.4	A mobilidade dos residentes em Lisboa	248
9.5	Aeroporto de Lisboa	249
9.6	Porto de Lisboa	252
10	Redes de infra-estruturas	257
10.1	Sistema de saneamento da cidade de Lisboa	257
10.2	Resíduos sólidos urbanos	269
11	Análise SWOT+T (tendência)	272
12	Indicadores urbanos	277
12.1	Dinâmica Populacional	278
12.2	Estrutura Económica	298
12.3	Ambiente	320
12.4	Estrutura Urbana	340
12.5	Equipamentos de Utilização Colectiva	374
12.6	Mobilidade	407
12.7	Redes de Infraestruturas	437
13	Quadros de Caracterização das UOP	462
14	Quadros de análise de acções de Planeamento	493
15	Cartografia	501

FICHA TÉCNICA

Equipa:

Departamento Planeamento Urbano

Arq. Paulo Pais
Arq.^a Célia Milreu
Dr.^a Ana Costa
Dr.^a Anabela Completo
Dr. António Bastos
Urb. Claudius Esser
Dr.^a Conceição Vieira
Arq.^a Dora Lampreia
Eng. Gonçalo Belo
Eng.^a Helena Martins
Eng. Jorge Santos
Dr. Leonel Alegria
Dr.^a Luísa Araújo
Eng.^a Paula Dias
Desingner Sílvia Pedro
Eng.^a Vanda Lopes
Adm. Ricardo Cruz
Des. Viriato Reis

Departamento de Informação Geográfica e Cadastro

Eng.^a Márcia Munoz
Eng. Miguel Oliveira
Dr.^a Sandra Efigénio

Departamento Planeamento Infraestruturas

Eng.^a Hélia Marques
Eng. Rui Melo
Eng. Gonçalo Caiado
Arq. João Teixeira
Eng. Vilfredo Araújo

Departamento Património Imobiliário

Eng. Maria José Aroso

Núcleo Residente da Estrutura Consultiva

Arq. Passos Leite
Dr. Rita Megre

Direcção Municipal de Ambiente Urbano

Eng. Souto Cruz

Direcção Municipal Conservação e Reabilitação Urbana

Arq.^a Cristina Pereira

Direcção Municipal de Protecção Civil, Segurança e Tráfego

Dr.^a Maria João Telhado

Consultores:

Prof. José Manuel Palma
Prof. Mário Vale

Fontes de informação:

Departamento de Planeamento Estratégico

Dr.^a Teresa Craveiro
Arq.^a Maria João Duarte
Dr.^a Célia Jeremias
Dr.^a Ana Lúcia Antunes

Direcção Municipal de Acção Social, Educação e Desporto

Dr. Mário Guimarães
Dr.^a Graça Silva
Dr.^a Ana Teles Dantas
Dr.^a Dina Moreira
Dr.^a Paula Nobre

Direcção Municipal de Actividades Económicas

Dr. João Batista Barreta
Dr.^a Susana Araújo
Dr. Luís Moraes

Direcção Municipal de Ambiente Urbano

Eng. Ângelo Mesquita
Eng.^a Inês Castro Henriques
Eng.^a Paula Meireles
Eng. Carlos Ferreira
Eng.^a Agostinha Roque
Arq.^a Fátima Leitão
Eng.^a Inês Cristóvão
Eng. José Canedo
Eng. Nuno Oliveira
Arq. Pinto Coelho
Arq.^a Rosário Salema
Eng. Souto Cruz

Direcção Municipal Conservação e Reabilitação Urbana

Arq. Jorge Catarino
Arq. Luís Pinto
Arq. Nuno Morais
Arq.^a Cristina Pereira
Dr. Rui Guerreiro
Arq.^a Sara Godinho
Eng.^a Ana Nicolau
Arq. Luís Miguel Ruivo
Arq. Paulo Porfírio

Direcção Municipal de Cultura

Arq. André Maranha
Dr. Rui Mateus

Direcção Municipal de Gestão Urbanística

Arq. José Fragata
Arq.^a Ana Luísa Freitas

Direcção Municipal de Projectos e Obras

Eng.^a Elisabete Portalegre

Direcção-Geral dos Recursos Florestais - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Eng.^a Gisela Simões

ANA-Aeroportos de Portugal

ANTRAL, Associação Nacional dos Transportadores em Automóveis Ligeiros

ATL, Associação de Turismo de Lisboa

CARRIS

Hirondina Duarte

Confidencial Imobiliário

Dr. Ricardo Guimarães

Metropolitano de Lisboa

Eng.^a Marta Araújo

1 Introdução

São incontáveis os documentos, directivas e iniciativas legislativas que, a nível comunitário e nacional, pretendem definir políticas tendentes a enquadrar o desenvolvimento do território no âmbito da sustentabilidade económica, social e ambiental. Em Portugal, nos últimos decénios temos vindo a assistir à construção de todo um edifício legislativo que pretende enquadrar esse processo desde o nível mais estratégico (como a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015, aprovada pela RCM n.º 109/2007, 20 de Agosto, e o Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) aprovado pela RCM n.º 119/2004, a Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade aprovada pela RCM n.º 152/2001, 23 de Maio).

No que concerne aos instrumentos que tentam plasmar essa filosofia de gestão territorial poderemos elencar uma série de diplomas que definem a construção de documentos, do mais geral para o mais específico, sujeitos ao mesmo enquadramento. Assim a nível nacional, o PNPOP (Lei n.º 58/2007, 4 de Setembro) e o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (RCM n.º 115-A/2008, 21 de Julho) assumem-se como fundamentais no enquadramento. A nível regional o PROT Área Metropolitana de Lisboa (RCM n.º 68/2002, 8 de Abril, já em revisão), adaptado à nova legislação, é o exemplo mais importante e directamente relevante para este trabalho.

O reinício dos trabalhos do processo de Revisão do PDM para Lisboa despoletou a necessidade da elaboração de um Relatório de Estado do Ordenamento do Território¹ (obrigatório de 2 em 2 anos) por nunca terem sido sistematizadas as várias temáticas, inúmeras vezes estudadas para Lisboa. Além disso é uma oportunidade para avaliar as várias políticas que têm sido implementadas na cidade, incluindo a aplicação das regras do PDM de 1994, contribuindo para ajustar os objectivos da Revisão do PDM (face às novas políticas sectoriais) e iniciar um processo de monitorização a partir desta revisão.

Este trabalho teve alguns antecedentes, nomeadamente outros estudos já elaborados pela CML e por alguns consultores externos, assim como o relatório elaborado pelo Departamento de Planeamento Estratégico com a resposta dos serviços ao Despacho n.º

¹ Artigo 146º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, revisto pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro

1/GVCR/2002 relativo ao Fundamento da Revisão do PDM, de 24 de Maio de 2002². No entanto, pretende-se agora sistematizar essa informação, partindo da definição de indicadores urbanos que venham a servir o consequente processo de monitorização.

A definição de indicadores foi realizada de uma forma expedita para as várias temáticas, fornecidos pelas várias unidades orgânicas da CML e ainda por diversas fontes externas, tornando assim, o processo de participação mais transversal. Permitiu construir uma base de trabalho sistematizada que irá contribuir para o estabelecimento de normas ao nível da Revisão do Plano Director Municipal, de programas sectoriais e de regulamentos municipais, com o objectivo de desempenho do município em matéria de sustentabilidade.

A metodologia utilizada consistiu, em primeiro lugar, na recolha de todos os estudos efectuados pela CML desde 1994 até hoje (Estudos Sectoriais PDM 1994, Fase trabalhos preparatórios para RPDM 2000 e Estudos para a RPDM 2003-2006).

Em segundo lugar foi estabelecido um índice com um conjunto de temas: Estrutura Demográfica; Estrutura Económica; Ambiente; Estrutura Urbana; Equipamentos de Utilização Colectiva; Mobilidade e Transportes; Redes de Infra-estruturas. Dentro dos temas foram criados sub-temas e dentro dos sub-temas foram estabelecidos vários indicadores e são esses que dão a informação real e quantificada para efectuar a avaliação das diferentes temáticas ao longo do tempo, daí que, sempre que possível, tentou obter-se valores para mais do que uma unidade temporal (por forma a analisar a sua evolução de 1994 até à data de hoje), assim como a sua descrição e metodologia, unidade de medida, fonte (ou fontes).

A definição de alguns dos indicadores teve como referência várias fontes, nomeadamente: Os indicadores ou parâmetros de monitorização propostos pelo “PROT-AML, Vol I”, pág. 128 a 134, Janeiro de 2002; “Instituto Nacional de Estatística (CENSOS e Anuários Estatísticos)”; “Avaliação Quantitativa da Qualidade de Vida na Cidade do Porto”, Câmara Municipal do Porto, 2003; “Indicadores para Avaliar a Qualidade de Ambiente Urbano (casos de Estudo)”, Maria do Rosário Partidário, DGOTDU, 2000; “Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, SIDS – PORTUGAL”, Dezembro de 2007 (em particular no que se refere à estrutura do documento e organização das fichas), entre outras.

² Este relatório permitiu perceber, da parte dos diferentes serviços da CML, quais as falhas, as potencialidades e como se poderia melhorar a aplicação do regulamento do PDM de 1994.

Após a definição da estrutura, foram enviados ofícios às várias unidades orgânicas da CML a solicitar informação sobre os indicadores definidos e ainda que fossem sugeridos outros que lhes parecessem adequados. Para além disso, foram consultadas outras fontes externas, publicadas ou não (sobretudo o Instituto Nacional de Estatística, designadamente os Anuários Estatísticos de 1999 a 2006), o que permitiu obter uma base de dados de trabalho considerável, de 1994 a 2008.

Pretende-se que o REOT constitua uma das ferramentas de apoio à decisão, permitindo analisar sobre as diferentes vertentes sectoriais, como é que se “comporta e evoluiu a Cidade” e ir accionando os mecanismos e estudos necessários por forma a apoiar a definição de uma estratégia para a Cidade.

De sublinhar que a implementação da Agenda XXI, a assinatura por parte de Lisboa da Carta de Aalborg e a partilha de um conceito mais alargado de desenvolvimento sustentável leva a que seja necessário a introdução neste documento de referencias a indicadores que deverão ser criados no âmbito do acompanhamento da implementação do futuro PDM. Esse objectivo não só se justifica pela necessidade de dar continuidade a este documento mas pela introdução de informação mais precisa sobre a evolução e a performance da “cidade”.

Por outro lado a CML tem vindo a dar-se conta que é ela própria uma gestora de recursos (28% da água, 1% do total de CO2 contabilizado a partir da energia primária gasta pelo município de Lisboa, etc) e que muitas das políticas para o município beneficiam se forem implementadas pela própria estrutura.

Ademais a CML tem vindo a ensaiar novas formas de envolvimento dos cidadãos na tomada de decisões, designadamente através do orçamento participativo, reuniões descentralizadas de Câmara e novas metodologias de participação ao nível da elaboração e revisão dos instrumentos de gestão territorial, cujo alcance torna-se evidente monitorizar no futuro.

Os indicadores que se seguem têm, necessariamente, vários níveis de abstracção e de aplicação, sendo desdobrados em indicadores que medem mais pormenorizadamente a performance da CML (por exemplo os referentes à energia, à água, aos resíduos).

Baseado no enquadramento descrito, o presente REOT assume os seguintes objectivos:

1. Dar cumprimento à legislação;
2. Sistematizar a grande quantidade de informação existente e disponível na CML sobre as várias temáticas abordadas;
3. Definir e apresentar uma série de indicadores, cobrindo esse vasto leque de temáticas que irão servir de base à avaliação das políticas implementadas até à data na Cidade de Lisboa
4. Utilizar estes indicadores no consequente processo de monitorização dos Instrumentos de Gestão Territorial, nomeadamente o Plano Director Municipal;
5. Dar apoio à tomada de decisão ao nível do Ordenamento do Território e fundamentar as estratégias de Ambiente e Ordenamento do Território do Município a plasmar no novo PDM;
6. Utilizar indicadores compostos que deverão ser aplicados quanto antes e que deverão ser parte integrante do processo de monitorização consequente;

Apesar de alguns dos indicadores apresentados darem informação sobre a performance de todo o município é importante sublinhar que os indicadores são mais eficientes quanto possuírem um conjunto de características, do geral para o particular, a saber:

1. Sejam de utilização diferenciadora tanto para o município como para a comparação e integração com a área metropolitana;
2. Diferenciadores do espaço a analisar, i.e., como os PDM são instrumentos de intervenção num dado território é fundamental que esse espaço possa ser analisado de forma, a mais precisa possível, servindo os indicadores para o diferenciarem independentemente da valorização técnica e política dessa mesma diferenciação;
3. Essa diferenciação dos indicadores deverá ser seguida da possibilidade que estes, à medida que se vão implementando, permitirem a “mapeação”;
4. Permitem comparações significativas ao longo do tempo.

Neste trabalho são apresentados essencialmente os indicadores base, que deverão ser o mais possível discriminados no futuro, permitindo uma integração feita de diferentes áreas de especialização de modo a se obter índices de desenvolvimento económico, social e ambiental (i.e. de desenvolvimento sustentável).